

BRASIL

Um em cada quatro presídios do Brasil opera em superlotação crítica

Em alguns casos, a população encarcerada ultrapassa quatro vezes o número de vagas disponíveis na unidade prisional

Brasília - Três a cada cinco estabelecimentos prisionais brasileiros (66,7%) operam com ocupação superior a 100% de sua capacidade enquanto um quarto (28%) tem lotação acima de 137,5%, patamar de superlotação considerado crítico.

Em alguns casos, a população encarcerada ultrapassa quatro vezes o número de vagas disponíveis na unidade prisional, como no Presídio de Salgueiro (PE), onde a taxa de ocupação é de 425,2%, com 859 presos para 202 vagas, ou na Cadeia Pública de Queimadas (PB), com 411,1%.

Os dados inéditos fazem parte do primeiro diagnóstico nacional sobre a habitabilidade do sistema prisional, realizado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a partir de uma metodologia padronizada de inspeções judiciais conduzidas por 996 magistrados em 1.738 unidades prisionais do país a partir de outubro de 2025.

INSPEÇÃO

Inspeccionar periodicamente estabelecimentos pri-

sionais é atribuição de juizes de execução penal desde a lei de 1984. Eles devem adotar providências para que as unidades permitam o cumprimento adequado das penas. Com o 1º Mutirão Nacional de Habitabilidade Prisional, o CNJ buscou transformar visitas isoladas em um retrato nacional das condições de funcionamento das prisões.

“Não tínhamos um apanhado sistematizado da precariedade com que esses equipamentos funcionam. Havia impressões individuais. Agora temos um diagnóstico organizado, construído a partir de uma metodologia científica”, afirma o juiz Luís Lanfred, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ.

Para ele, a relevância do estudo vai além da dimensão dos direitos humanos. “A fórmula do ‘quanto pior, melhor’ têm impacto direto sobre a segurança pública porque precariza esses espaços, e o Estado deixa de exercer sua presença

e organizações criminosas assumem o controle desses territórios”, afirma. “A segurança pública que se busca nas ruas começa dentro dos estabelecimentos prisionais.”

A avaliação converge com a história recente do sistema prisional brasileiro. As duas maiores facções do país, o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o Comando Vermelho, surgiram em estabelecimentos prisionais e até hoje mantêm parte de suas lideranças atuando a partir das cadeias, assim como organizações criminosas regionais.

Segundo o relatório, estabelecimentos em superlotação elevada demandam “resposta imediata, tanto pela dimensão do risco quanto pelo efeito cascata sobre os demais componentes de habitabilidade (água, higiene, alimentação, saúde, controle de vetores e segurança)”.

SEM ALVARÁ

Mas o cenário revelado pelos dados vai além da superlotação. Mais de 80% das unidades não possuem alvará de funcio-



Carceragem superlotada em Vila Velha

namento; quatro em cada dez operam sem laudo do Corpo de Bombeiros e um quinto não dispõe de extintores. Apenas um terço oferece acesso pleno à água para consumo e menos de 11% mantêm controle sanitário regular da alimentação oferecida. A higiene das unidades foi considerada boa em menos de 20% dos estabelecimentos. Em 44 unidades, pessoas estão presas em celas metálicas ou contêineres.

“Não estamos falando apenas de padrões mínimos de dignidade. Estamos falando de requisitos elementares para

que qualquer equipamento público funcione com segurança. Quando o Estado falha nisso, perde capacidade de governança sobre esses espaços”, afirma Lanfredi.

O relatório do mutirão conclui que a combinação entre superlotação, precariedade estrutural e falta de regularização técnica compromete a custódia das pessoas presas e as condições de trabalho de policiais penais e servidores. Além disso, fragiliza a capacidade do Estado de exercer controle sobre os estabelecimentos.

Brasil ganha 9.215 novos milionários mas desigualdade é alta

Brasília - O Brasil ganhou 9.215 novos milionários em 2025, aumento de 2,4% em relação a 2024, segundo o Global Wealth Report 2026, divulgado pelo UBS, banco suíço de investimentos e gestão de patrimônio. Com o crescimento, cerca de 386 mil brasileiros terminaram o ano com patrimônio superior a US\$ 1 milhão (R\$ 5,1 milhões).

Há mais milionários do que nunca, em todos os luga-

res, aponta o estudo. O patrimônio global cresceu 10,8%, o maior avanço dos últimos anos e o terceiro ano consecutivo de expansão da riqueza mundial. Em 2023, o avanço foi de 4,2%, em 2024, 4,6%.

O relatório diz que o movimento pode ser explicado pela valorização dos mercados financeiros, pela alta dos ativos não financeiros, especialmente imóveis, e também pela desvalorização do dólar frente a

algumas moedas, o que elevou o valor do patrimônio quando convertido para a moeda americana.

Como resultado, o mundo ganhou quase um milhão de novos milionários em dólar em apenas um ano. O aumento ajuda a somar 57,5 milhões de pessoas, uma média de 2.700 novos milionários por dia.

Apesar do crescimento, a riqueza continua concentrada. O relatório mostra que

apenas 1,5% da população adulta mundial possui patrimônio na mesma dimensão dos novos milionários. Enquanto isso, aproximadamente 42% dos adultos têm patrimônio líquido inferior a US\$ 10 mil (R\$ 51.921).

No Brasil, essa concentração aparece de forma ainda mais intensa. O Brasil registra 0,81 no coeficiente de Gini, o quarto maior índice de desigualdade entre todos os 56 países anali-

sados, ficando atrás dos Emirados Árabes Unidos, da Rússia e da África do Sul.

O índice de Gini, utilizado para medir a desigualdade de riqueza, mostra como o patrimônio está distribuído entre a população. Em uma variação de zero a um, quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição, quanto mais perto de um, maior é a concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas.

São Paulo retira mais 174 produtos da substituição tributária do ICMS

São Paulo - O governo de São Paulo retirou mais 174 produtos do regime de substituição tributária (ST) do ICMS, que tem a cobrança antecipada do imposto. A mudança passa a valer em outubro e contempla itens como materiais elétricos, ferramentas, autotopeças e refrigeradores. A medida, publicada em portaria da Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de

São Paulo), integra o programa “São Paulo na Direção Certa”, conjunto de ações do governo estadual voltado à redução de burocracia e à melhoria do ambiente de negócios.

Com a nova rodada, quase dois terços dos produtos que antes estavam sujeitos à substituição tributária já foram retirados do regime, segundo a secretaria. Na substituição tributária, o recolhimento do

ICMS é concentrado em um dos primeiros elos da cadeia produtiva, normalmente o fabricante ou o importador, que antecipa o pagamento do imposto devido nas etapas seguintes de comercialização. Quando o valor pago supera o efetivamente devido, as empresas podem pedir o ressarcimento da diferença ou utilizar créditos tributários.

Foi esse mecanismo que

passou a atrair a atenção do Ministério Público de São Paulo. Na Operação Ícaro, deflagrada em agosto de 2025, promotores investigam suposto esquema de fraudes na obtenção de créditos de ICMS decorrentes da substituição tributária.

Segundo a investigação, empresas e escritórios de consultoria tributária, com auxílio de auditores fiscais da Sefaz-SP, teriam inflado artificialmente

pedidos de ressarcimento e compensações fiscais por meio da manipulação de documentos e operações comerciais, causando prejuízo milionário aos cofres públicos. O escândalo fez São Paulo mudar normas de ressarcimento de créditos do ICMS.

O modelo de substituição tributária foi adotado pelos estados para reduzir a sonegação e facilitar a fiscalização.